

COSMOLOGIAS EM CONFLITO: O SANEAMENTO DO BRASIL E OS PESCADORES DA LAGOA FEIA/RJ

COSMOLOGIES IN CONFLICT: THE SANATATION OF BRAZIL AND THE FISHERMAN OF LAGOA FEIA/RJ

Carlos Abraão Moura Valpassos

valpassos@gmail.com

Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense. Coordenador do Atelier de Etnografias e Narrativas Antropológicas (Atena/UFF). Pesquisador do Laboratório de Etnografia Metropolitana (LeMetro/IFCS/UFRJ).

RESUMO

No Brasil, as políticas higienistas consolidaram-se, em 1940, com a criação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS. Desde então, o órgão passou a executar inúmeros empreendimentos sanitários, tais como a retificação de rios e córregos, a drenagem de meios alagadiços e a sistemática abertura de canais artificiais. A atuação do DNOS concentrou-se principalmente no Litoral Fluminense, onde se esperava sanear uma área de aproximadamente 17.000 Km². Na Lagoa Feia, a maior lagoa de água doce do país, antes mesmo de 1955 mais de 2 mil alqueires geométricos foram saneados. O empreendimento de tais obras, no entanto, encontrou forte resistência nas populações haliêuticas. Desse modo, em fins da década de 1970, por duas vezes as máquinas do DNOS, que operavam na Lagoa Feia, foram paralisadas pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos – um pequeno arraial às margens da lagoa. Existe, pois, um desacordo entre as diferentes percepções e apropriações do ambiente lacustre: de um lado, os engenheiros sanitários, respaldados por um conhecimento politécnico, e confiantes numa ordem imanente; do outro, os pescadores, com seu conhecimento naturalístico e sua concepção da natureza como parte de uma ordem transcendente. Mais do que meras representações sobre o espaço, as representações apresentadas por engenheiros sanitários e os pescadores da lagoa refletem diferentes orientações cosmológicas, postas em contraste no encontro entre os grupos e em suas definições sobre as formas apropriadas de tratamento do espaço lacustre. O objetivo deste estudo é apresentar e discutir as concepções distintas que esses grupos possuem do espaço lagunar, bem como desenvolver uma reflexão sobre os conflitos daí oriundos.

Palavras-Chave: Pescadores. Saneamento. Dramas Sociais.

ABSTRACT

In Brazil, hygienist policies were consolidated in 1940, by the foundation of Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS. Since then, this agency operated numerous sanitary projects, such as the rectification of rivers and streams, drainage of wetland areas and the systematic opening of artificial waterways. The performance of DNOS was mainly concentrated in Fluminense coast, holding the expectation of sanitizing approximately 17.000 Km². In Lagoa Feia, the largest freshwater lagoon in Brazil, even before 1955 more than 2 thousand geometric bushels were sanitized. Nevertheless, the achievement of such a work met resistance from fishermen populations. Thereby, in the end of the 1970's, fishermen from Ponta Grossa dos Fidalgos - a small

village along the Lagoon - blocked the operations of DNOS equipment twice. There is, thus, a disagreement between the different perceptions and appropriations of lacustrine environment: on the one hand, sanitary engineers, supported by a polytechnic knowledge and confident in an immanent order; on the other, the fishermen, with their naturalistic knowledge and conception of nature as part of a transcendent order. More than mere representations of space, the representations presented by Sanitary Engineers and Fishermen of Lagoa Feia reflect different cosmological guidelines, confronted to each other in the encounter between the groups and their definitions about appropriate ways of treating lacustrine space. This study aim to present and discuss the different conceptions that these groups possess on the lagoon space, as well as to develop a reflection on the conflicts arisen therefrom.

Keywords: Fishermen. Sanitation. Social Dramas.

INTRODUÇÃO

“Tragik ist der Konflikt. Nicht zwischen Recht und Unrecht, Sondern zwischen Recht und Recht!”.

Georg Wilhelm Friedrich Hegel

Durante a primeira metade do século XX, o pensamento social e a política pública, no Brasil, foram marcados pela ideologia do saneamento, que se impôs e consolidou progressivamente para transformar-se, durante a Era Vargas, no alicerce do que se poderia chamar de um ‘Estado Higienista’ (MELLO; VOGEL, 2004).

O movimento sanitaria, que impulsionou a constituição do aparato institucional da “saúde pública”, em nosso país, teve por fundamento a tríplice aliança formada por médicos sanitaristas, engenheiros hidráulicos e o que hoje chamaríamos de “formadores de opinião” – intelectuais de diversas categorias, como educadores, mestres (as) e escritores.

Da ação concertada desses novos profissionais da sociedade urbana, muitos deles funcionários públicos, resultou uma das maiores, mais extensas, mais estruturadas e persistentes políticas do Estado brasileiro - voltada para a tarefa do saneamento urbano e rural do país. No início dos anos de 1940, essa política se intensificou graças à atuação do leque de instituições executoras, entre elas o Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS.

A região Norte do Estado do Rio de Janeiro foi uma das principais áreas de atuação deste último, que lá empreendeu, em larga escala, obras de dragagem e retificação de rios e córregos, além da abertura sistemática de canais. Tais intervenções, pela sua magnitude, exerceram um considerável impacto sobre os diversos ecossistemas da planície litorânea do Norte Fluminense.

A Lagoa Feia, maior lagoa de água doce do país e localizada a cerca de trinta e cinco quilômetros da sede do Município de Campos dos Goytacazes, foi atingida pelos efeitos diretos e indiretos das obras de engenharia sanitária. Com efeito, os trabalhos de macro-drenagem do DNOS, associados aos diques construídos pelos proprietários de terras, cujas fazendas confinavam com a lagoa, apressaram o encolhimento do corpo d’água lacustre, que diminuiu de 370 km² para cerca de 160 km² em menos de um século, caracterizando assim uma drástica redução.

As alterações decorrentes desse processo causaram mudanças também nas técnicas tradicionais de pesca artesanal – principal atividade de Ponta Grossa dos Fidalgos, arraial localizado às margens da Lagoa Feia.

A redução e a perturbação ecológica da Lagoa Feia, por sua vez, geraram uma tensão entre fazendeiros e engenheiros sanitaristas, de um lado, e, de outro, pescadores e ambientalistas. Em fins da década de 1970, essa tensão veio a se manifestar sob a forma de um conflito, quando os pescadores e suas famílias tomaram a decisão de paralisar uma draga que trabalhava a serviço do DNOS na construção que, a serviço do DNOS, trabalhava na construção de um canal submerso, projetado para atravessar toda a lagoa.

De acordo com os pescadores, esse canal levaria, fatalmente, ao rompimento do *Durinho da Valeta*, nome pelo qual designam um ressalto topográfico do fundo dessa lagoa, no qual reconhecem o principal responsável pela regulação do nível das águas lacustres, e cujo desaparecimento ocasionaria o inexorável dessecação lagunar.

O SONHO SANITARISTA

Começemos por abordar, brevemente, os empreendimentos sanitaristas no Brasil desde o início do século XX.

Com a revolução pasteuriana, “o microscópio falou” sobre a existência dos micro-organismos. A descoberta desses seres, invisíveis a olho nu, propiciou uma nova forma de pensar a transmissão das doenças. Instauro-se, então, uma nova concepção do laço social; pois, a partir desse momento, percebeu-se que os indivíduos se ligam, também, num plano microscópico, pela ação de vírus e bactérias (MELLO; VOGEL, 2004, p. 131-132).

O Brasil, no contexto imediato da Primeira Guerra Mundial, era um “hospital ao ar livre”. As estimativas da época indicavam que existiam no país cerca de 17 milhões de opilados, 3 milhões de idiotas e 10 milhões de impaludados numa população de 25 milhões de pessoas, o que significa dizer que uma parte considerável dos doentes abrigava em si um conjunto de enfermidades (LOBATO, 1959, p. 247-248).

As pesquisas iniciadas em Manguinhos, nos primórdios da atual Fundação Oswaldo Cruz, identificaram o problema e a “missão comum e geral, tanto de particulares como de governos”: “curar o Brasil, sanear o Brasil” (LOBATO, 1959, p. 256). Formava-se, pois, uma nova cosmologia. A partir de então o mundo possuía uma infinidade de novos atores que poderiam, inclusive, apresentar-se como opositores dos interesses da espécie humana. Os micro-organismos, agora compreendidos como protagonistas nos processos de desencadeamento de enfermidades em seres humanos, deveriam ser conhecidos e, se necessário, combatidos. Os ambientes pantanosos foram então identificados como locus privilegiado da reprodução desses agentes nocivos. Fazia-se mister o combate aos micro-organismos e a eliminação de suas possibilidades de reprodução oferecia-se como uma estratégia adequada. Desse modo, os ambientes caracterizados por águas estagnadas, entendidos como meios ideais para a proliferação de doenças como a malária e a febre amarela, tornaram-se espaços que deveriam ser transformados.

Iniciava-se um processo de transformação da natureza onde os meios alagadiços deveriam ser eliminados e transformados em outra coisa. Não bastava que tais ambientes apenas deixassem de ser nocivos ao homem; era preciso que fossem também úteis aos seres humanos, ao desenvolvimento econômico do país e ao progresso da nação. A reforma era ampla e o desafio não possuía precedentes. A natureza deveria ser transformada, recebendo as otimizações

necessárias ao bem-estar humano. Tudo isso só seria possível, pensavam, através do uso da razão e do emprego das mais modernas técnicas científicas.

Políticos e intelectuais, neste contexto, almejavam o saneamento, acreditando que, através do combate às águas estagnadas, seria realizado o “resgate das terras perdidas” e, também, a eliminação das doenças que tantos transtornos causavam à nação.

Era o início de uma verdadeira cruzada sanitária, cujo grande objetivo era a valorização da principal moeda brasileira: o capital humano. Para isso foi planejada uma intervenção triade: a correção das imperfeições da natureza, a ser realizada pela engenharia politécnica; o combate às endemias e epidemias, a ser efetuado pela medicina, experimental e preventiva; e, enfim, um empreendimento de grande mobilização nacional, que foi a educação. Numa retórica pomposa, surgia o lema: “Sanear o Brasil é povoá-lo, é enriquecê-lo, é moralizá-lo” (FARIA, 2000, p. 432).

Em termos de prospecto político, tudo isso visava tornar o Brasil bem estruturado internamente. Talvez seja mesmo impossível dissociar a questão do saneamento da construção da Nação, tal foi a maneira como o empreendimento sanitário articulou a retórica da nacionalidade, do desenvolvimento e da autonomia.

O que se consolidava junto ao saneamento era uma genuína cosmovisão. A técnica prevalecia sobre a natureza e impôs-se a “certeza híbrida de que todos os problemas são resolúveis mediante um método adequado” (SOMBART, 1955, p. 92), de que, por meio de procedimentos racionais, o homem seria capaz de corrigir as imperfeições da natureza e, assim, adaptá-la às suas necessidades: “A este dogma se pode reduzir aquilo que no pensamento politécnico se chama de ‘Ciência’: desenvolver, experimentar e aplicar métodos úteis, *voilà!*” (SOMBART, 1955, p. 92).

A ideia é de uma Ciência perfeita, dotada de métodos em constante aperfeiçoamento para solucionar as mais difíceis tarefas. À perfectibilidade da ciência corresponde a perfectibilidade do espírito humano – o que significa dizer que o homem se desenvolve na medida em que desenvolve sua ciência. O estágio do desenvolvimento do espírito humano, nessa lógica, poderia ser “aferido pelo seu modo de dar conta da natureza, isto é, pela maneira com que assegura sua soberania diante dela” (SOMBART, 1955, p. 93). A natureza passa a ser, dessa maneira, o principal obstáculo para o saneamento.

Neste contexto, apresentava-se como necessária uma verdadeira batalha pelo saneamento nacional. Em 1918 foi instituída a Liga Pró-Saneamento do Litoral do Brasil e, em 1919, criada a Diretoria de Pesca e Saneamento do Litoral. A ideologia do saneamento, no entanto, viria a consolidar-se apenas com a instauração da República Nova, na década de 1930.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), as propostas sanitárias conheceram a mais ampla legitimidade, servindo mesmo de base para uma das principais políticas públicas do ‘Estado Novo’. O êxito contínuo dos empreendimentos higienistas levou, em 1940, à criação do Departamento Nacional de Obras de Saneamento – DNOS.

Este órgão concentrou sua atuação, de forma intensiva e extensiva, na baixada litorânea do Estado do Rio de Janeiro, onde esperava sanear uma área de aproximadamente 17.000 Km² (MELLO; VOGEL, 2004). Com relação à bacia hidrográfica da Lagoa Feia, no Norte Fluminense, a engenharia sanitária pretendeu exterminar os terrenos palustres, que minavam a saúde da população local, fazendo surgir em seu lugar uma vasta área onde se pudesse desenvolver, plena e ricamente, a indústria agropecuária.

A construção de canais; as drenagens de pântanos e alagadiços; a retificação de córregos e rios, tudo isto, somado aos diques erguidos pelos proprietários das terras limítrofes à Lagoa Feia, provocaram uma notável e rápida redução do seu espelho d'água. Dos trezentos e setenta quilômetros quadrados (370 km²) existentes quando da aurora do século XX, apenas cento e sessenta (160 km²) alcançaram o seu crepúsculo. A engenharia sanitária revelou-se deveras eficiente no combate às endemias que assolavam as populações da região, dona, naquela época, de uma das mais extensas e intrincadas toalhas lacustres do país, à qual se somava, além disso, a bacia do Rio Paraíba do Sul, constituindo, pois, um de seus mais importantes sistemas hidrográficos. Essas águas que se estendiam pela grande planície campista, formando brejais, perenes ou temporários, estavam agora, graças a um complexo sistema de canais e eclusas, sob controle. Finalmente, o homem triunfava sobre a natureza.

Figura 1 - Rede de canais cosntruídos pelo DNOS



Esse era o clima político e ideológico que caracterizava os atores envolvidos no desenvolvimento e na implementação do saneamento do Brasil quando, na década de 1970, o DNOS deu início às obras destinadas a evitar o assoreamento da Lagoa Feia pelos sedimentos depositados nas desembocaduras dos rios Ururá, Macabú e do Canal de Tocos. Com esta finalidade se havia concebido e projetado um canal submerso, em forma de tridente, atravessando todo o corpo lacustre de modo a transportar o material sedimentar para a extremidade leste da lagoa. Esse material deveria então depositar-se junto às comportas do Canal das Flechas², de onde seria retirado pelas máquinas do DNOS (SOFFIATI, S/D, p. 25). O canal submerso, com cinco metros (5 m.) de profundidade, e cento e quatro (104 m.) de largura, no entanto, jamais foi concluído, em virtude da peremptória e pertinaz resistência oferecida por um arraial de pescadores situado às margens da Lagoa Feia chamado Ponta Grossa dos Fidalgos.

Para concluir este canal submerso, o DNOS considerava necessário remover o “Durinho da Valeta”, “um ressalto topográfico submerso (...), constituído por arenito endurecido” (BIDEGAIN, 2002). De acordo com os pescadores, as águas da lagoa, dado o declive do terreno lacustre, tenderiam a escoar para o Oceano (através do Canal das Flechas) caso este “ressalto” do leito lacustre, que funcionava como uma espécie de retentor, não lhes obstasse o caminho. Seu papel era, segundo os pescadores, crucial para a regulação natural do volume das águas. Com base neste argumento, sua destruição significaria, *ipso facto*, o dessecamento total da lagoa.

Por duas vezes, primeiro em setembro de 1978 e, depois, em outubro de 1979, os pescadores, juntamente com seus familiares, paralisaram a draga

que trabalhava na construção do canal submerso projetado pelo DNOS. Cada um destes episódios mobilizou mais de trezentos moradores de Ponta Grossa dos Fidalgos. Em ambas as oportunidades, mais de quarenta embarcações, transportando homens, mulheres e crianças, navegaram quilômetros lagoa adentro para interromper os trabalhos da draga que trabalhava para o DNOS, uma autarquia do Estado Brasileiro.

Os habitantes de Ponta Grossa, a maioria deles pescadores, temiam perder sua lagoa. Seria este sentimento infundado? O que mais estaria envolvido nessas duas insurreições?

Figura 2 - Dia 25 de setembro de 1978



Fonte: Folha da Manhã.

Figura 2 - Dia 23 de outubro de 1979



Fonte: Folha da Manhã.

OS PESCADORES E A LAGOA

A pesca é, historicamente, a principal atividade da Lagoa Feia, cuja fartura, neste sentido, já fora assinalada por José Alexandre Teixeira de Melo (1886, p. 38) e Alberto Ribeiro Lamego (1945). Os pescadores possuíam sobre o ambiente um refinado conhecimento, o qual incluía os numerosos tipos de peixe que a habitavam, bem como seus respectivos comportamentos³. Esses conhecimentos relativos à ictiofauna incluíam desde os períodos de desova de cada espécie até seus hábitos alimentares⁴. Eram, além disso, exímios conhecedores da geografia lacustre. Já no trabalho etnográfico de Luiz de Castro Faria, em fins de 1930 e o início da década de 1940, tais conhecimentos foram devidamente notados e assinalados:

“As épocas de desova e os hábitos alimentares das diferentes espécies representam os conhecimentos biológicos mais importantes. As variações climáticas e as diferenças de constituição do fundo da lagoa, por outro lado, representam os conhecimentos geográficos mais significativos.” (FARIA, 2000, p. 1).

Dizem os pescadores, que o falecido Manoel Rocha, seu companheiro de outros tempos, era capaz de navegar toda a lagoa no escuro, identificando, com exatidão, cada lugar por onde passava. Para este fim valia-se, apenas, do calão, instrumento que lhe permitia reconhecer o leito lagunar⁵.

“Todos os acidentes de terreno do fundo da lagoa que apresentam qualquer interesse para a pesca recebem dos pescadores de Ponta Grossa designações próprias. Distinguem, assim, murundus, pedreiras, duros de buracos, abas de coroa e lages de pau.” (FARIA, 2000, p. 02).

É necessário lembrar que estamos falando de uma lagoa que, ainda hoje, tem 160 km². Isto significa que, dependendo de onde se esteja dentro dela, a visão das margens torna-se difícil, senão impossível, como ocorre na ausência de iluminação, em dias de cerração ou quando nuvens encobrem o horizonte. Quando, por algum desses motivos, a visão fica tolhida, os pescadores põem em prática seus conhecimentos sobre o “chão da lagoa”, explorando o leito lacustre com o calão, de forma a orientar a navegação através do tato.

Esses conhecimentos naturalísticos são atualizados nas atividades diárias da pesca e da navegação pelas águas lacustres. Em virtude delas, os pescadores mantêm uma relação de intimidade com os aspectos geobiológicos da lagoa – tipos de solo, vegetação, fauna, ventos e fluxos das águas. Conhecem detalhes minuciosos, não apenas da ictiofauna, mas também da flora e da geografia lagunar. Tornam-se, através do emprego de seus conhecimentos, capazes de engendrar técnicas de pesca destinadas a espécies específicas, ou mesmo à captura a ser realizada em áreas determinadas da lagoa. Esse conjunto de conhecimentos vem sendo transmitido de geração para geração, ao longo de séculos, através de um aprendizado permitido pelo arranjo entre as experiências e a história oral, fazendo da pesca lacustre em Ponta Grossa dos Fidalgos algo que transcende o mero aspecto técnico e compõe um modo de vida.

A principal atividade desse povoado está, pois, intrinsecamente relacionada à Lagoa Feia. Uma não existe sem a outra. A lagoa é, neste sentido, mais do que um mero recurso natural a ser explorado, pois garante todo um modo de vida, sendo, por isso mesmo, considerada pelos pescadores um legado divino, algo criado por Deus para a satisfação das necessidades humanas.

Sobre este aspecto transcendente da natureza, escreveu Claude Lévi-Strauss:

“[...] Entre povos ditos ‘primitivos’, a noção de natureza tem sempre um caráter ambíguo: a natureza é pré-cultura e também subcultura; mas é especialmente o terreno no qual o homem pode esperar entrar em contato com os ancestrais, os espíritos e os deuses. Portanto, na noção de natureza há um componente ‘sobrenatural’, e esta ‘sobre-natureza’ está tão incontestavelmente acima da cultura como a própria natureza está abaixo desta.” (LÉVI-STRAUSS, 1976, p. 325).

Neste sentido, um ressaltado topográfico observado na parte leste do fundo lagunar, o Durinho da Valeta, surge como “a mão de Deus” controlando o nível das águas da lagoa. Sua presença, segundo os pescadores, impede o escoamento das águas lacustres para o oceano e sua remoção representaria uma subversão da ordem estabelecida – “desde sempre” -, pois o fluxo hídrico

deixaria de ser monitorado pela providência divina para ser controlado pelo homem, através das comportas manobráveis instaladas no Canal das Flechas. Sobre este aspecto transcendente atribuído ao Durinho da Valeta, testemunhou Dóba, pescador da Lagoa Feia:

“Um duro de barro da natureza que Deus nos deixou. Deus criou e ali deixou e o homem queria com ele acabar. (...) o Durinho é um lugar alto, é um lugar que é alto e a bacia aqui é baixa, mas lá vai subindo. É tipo uma escada: vai subindo. E se eles rasgassem aquilo lá, a lagoa escoaria toda para o mar e secaria⁶.”

Se o nível das águas deixasse de ser controlado pela “mão de Deus” e passasse a ser monitorado pela “mão do homem”, a equidade não mais estaria assegurada. Isto porque os homens poderiam agir de modo a buscar a satisfação de seus interesses particulares, prejudicando, quiçá, os interesses de seus semelhantes.

Devemos lembrar, ainda, que os pescadores viram, durante décadas, os proprietários de terras limítrofes à lagoa construindo diques para impedir o avanço das águas e, desse modo, aumentar seu patrimônio. A anexação de terras por parte dos fazendeiros da região, somada às intervenções sanitaristas, resultou numa perda de nada menos que 210 km² da área lacustre em menos de um século. Todo este processo de perturbações ecológicas da Lagoa Feia, obviamente, foi sentido pelos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos.

Muitas áreas da lagoa que eram utilizadas para o exercício da pesca transformaram-se em extensos brejais, por onde se tornou difícil transitar. Outras áreas passaram a ser dedicadas à criação de gado e ao cultivo da cana-de-açúcar. Tais mudanças no leito lacustre faziam-se frequentes na percepção dos pescadores: “Onde eu pesquei de juquiá hoje tem cana, tem pasto de boi. (...) Já passei de canoa naquelas terras ali”.

Os pescadores, portanto, observaram de maneira consciente as transformações sofridas pela Lagoa Feia. Perceberam também que as obras empreendidas pelo DNOS estavam plenamente de acordo com os interesses dos fazendeiros da região, visto que as intervenções sanitaristas possibilitavam a expansão de suas propriedades. Suspeitavam, portanto, que no projeto de saneamento da bacia hidrográfica da Lagoa Feia não fora considerada a pesca lagunar. Tal suspeita viria a ser confirmada na declaração de Gilson da Silva Moraes, procurador do DNOS na época da paralisação da draga:

“O Governo, para ampliar as áreas agricultáveis na região, que tem por economia a agricultura canavieira e a pecuária de leite e corte, planejou o sistema de irrigação com o aproveitamento da lagoa e *é claro que não levou em conta a existência da economia pesqueira, que é de subsistência.*” (Folha da Manhã, 22 de outubro de 1978) (grifo meu).

Ora, parecia claro para os pescadores que junto à remoção do Durinho da Valeta viria a eliminação da atividade pesqueira e, com ela, de seu modo de vida. Se o nível das águas fosse controlado pela “mão do homem”, haveria sempre o benefício dos “poderosos”, ou seja, dos grandes fazendeiros locais. Preservar o Durinho significava assegurar a continuidade da atividade pesqueira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os episódios em que os pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos paralisaram a draga que trabalhava para o DNOS configuram-se no confronto de modos de percepção e apropriação do espaço lacustre: de um lado, os enge-

nheiros sanitaristas, trabalhando em nome do progresso nacional, respaldados por um conhecimento politécnico e confiantes numa ordem imanente; de outro, os pescadores, lutando pela manutenção da pesca lacustre, confiantes em seus conhecimentos naturalísticos e concebendo a natureza como pertencente a uma ordem transcendente.

O DNOS trabalhava pelo progresso da nação de acordo com a lógica politécnica e os pescadores, em contrapartida, lutavam pela defesa do que para eles constituía a ordem natural das coisas, tal como instituída pela Providência Divina.

Enquanto que, para os pescadores, a perfectibilidade era representada pela natureza, em função da atribuição de sua origem divina, para os engenheiros sanitaristas a perfectibilidade deveria ser alcançada pelo homem através do desenvolvimento e do emprego da Ciência.

A formação politécnica proporcionava aos engenheiros uma cosmovisão capaz de orientá-los, não apenas profissionalmente, mas em diversos âmbitos de sua vida:

“O que aprendiam os politécnicos? Matemática? Química? Astronomia? Isto também. Mas isto não teria sido de resto motivo para maiores preocupações. Muito mais graves foram as *consequências* que eles consciente-inconscientemente extrairiam daí – em outras palavras a *Weltanschauung*, que sugaram dos seus áridos livros didáticos e de acordo com a qual pautaram, não apenas sua vida profissional, mas sua vida *tout court*.” (SOMBART, 1955, p. 92).

Para eles o progresso nacional representava uma genuína aspiração. A eliminação das áreas pantanosas conduziria o país a um estado de harmonia, onde a malária e a febre amarela seriam apenas tristes recordações de um passado onde a natureza ainda não fora corrigida.

O saneamento apresentava-se como uma esperança compartilhada por grande parte das elites intelectuais brasileiras. Através dele, esperava-se alcançar um estado de bem-estar que abrangesse todo o território nacional.

Levar os benefícios do progresso aos mais distantes lugares do Brasil e, desse modo, gerar uma população saudável, produtiva e, conseqüentemente, feliz – esse era o sonho sanitarista.

O pensamento dos pescadores, por sua vez, é justamente oposto ao dos engenheiros hidráulicos. Para eles, a natureza foi criada por Deus e, por isso, é sagrada e perfeita, prescindindo, portanto, da mão do homem para corrigi-la.

Dessa maneira, os conflitos relativos às obras de macro-drenagem do DNOS na Lagoa Feia podem ser compreendidos como a disputa entre uma ordem imanente, representada na ideologia sanitarista, e uma ordem transcendente, expressa na atividade pesqueira.

O aspecto trágico deste conflito, bem como o de muitos outros, é que ele não significa simplesmente a disputa entre um grupo representante do certo, do direito ou do bem e outro que encarna o papel do incorreto, do errado ou do mal. Ambos os grupos apresentam seus argumentos como justos, verdadeiros e corretos.

O conflito que se estabelece articula, a um só momento, as diferentes representações de natureza e cultura dos grupos envolvidos. Se o prisma sanitarista apresenta a natureza como algo que deve ser transformado, apropriado e explorado, e a cultura como um movimento progressista ritmado pelo aper-

feiçãoamento da ciência e da técnica; a perspectiva dos pescadores da Ponta Grossa dos Fidalgos estabelece uma relação entre a natureza e a ordem das coisas, tal como estabelecida por uma conexão transcendente; a cultura, nesse sentido, se estabelece como seu modo de vida, ligado à pesca e, conseqüentemente, à Lagoa Feia, onde não há uma fissura, mas sim uma continuidade entre sociedade e natureza.

Ao passo que o sucesso sanitaria dependia da transformação da natureza, os pescadores de Ponta Grossa não concebiam sua existência simplesmente “na” Lagoa Feia. A vida, tal como era entendida por eles, se dava “com” a Lagoa Feia. A interação entre os homens e seu espaço, tal como proporcionada pela pesca lagunar, diluía a dicotomia natureza e cultura.

Desse modo, os eventos em que os pescadores interrompem os trabalhos das máquinas do DNOS representam o choque entre diferentes cosmologias. O que se apresentava era um conflito que transcendia aspectos meramente econômicos. As modernas propostas de transformação do espelho lacustre foram, então, interrompidas pela ação dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos.

NOTAS

¹ “A tragédia é o conflito, não entre o direito e o não-direito, senão entre o direito e o direito”.

² Este Canal foi o maior empreendimento do DNOS na Lagoa Feia. Com cerca de 13 Km de comprimento por 120 m de largura, o Canal das Flechas, obra concluída em 1949, cumpre a tarefa de escoar as águas lacustres para o oceano.

³ O refinamento dos saberes naturalísticos não é uma particularidade dos pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos. Tais conhecimentos também caracterizam outros assentamentos pesqueiros, como Zacarias, em Maricá; Itaipu, em Niterói; Icaraí, no Ceará e outros. Conforme: Mello e Vogel, 2004; Lima, 1997 e Peirano, 1975.

⁴ Para obter informações mais detalhadas sobre este assunto, ver Oliveira: 2005.

⁵ Para obter informações mais detalhadas sobre este assunto, consulte Colaço, 2005, 2007, 2012.

⁶ Entrevista concedida por Reinaldo Gonçalo (Dóba) no dia 26 de outubro de 2002.

⁷ Entrevista com o pescador Amaro Clarindo, de 92 anos, realizada no dia 20 de março de 2003.

REFERÊNCIAS

BIDEGAIN, Paulo. *Lagoas do Norte Fluminense – Perfil Ambiental*. Paulo Bidegain, Carlos Bizerril, Arthur Soffiati. Rio de Janeiro: Semads. 2002.

FARIA, Luiz de Castro. *Pescadores e Pescarias*. In: *Antropologia – Escritos Exumados 2 – Dimensões do Conhecimento Antropológico*. Niterói: EDUFF. 2000.

_____. *Os Pescadores de Ponta Grossa dos Fidalgos: um estudo de morfologia social*. (Título Provisório) Inédito. Conforme originais incorporados ao acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/CNPq, no Observatório do Valongo, Rio de Janeiro/RJ.

_____. *Equipamentos de Pesca*. (Título Provisório) Inédito. Conforme originais incorporados ao acervo do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/CNPq, no Observatório do Valongo, Rio de Janeiro/RJ.

COLAÇO, José. *Gente da Lagoa: Etnografia, Sistemas de Classificação e o Fenômeno Jurídico em Ponta Grossa dos Fidalgos*. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2005.

COLAÇO, José. *Tempo(s) Ecológico(s): uma etnografia das tensões entre pescadores artesanais e IBAMA acerca do calendário de pesca na Lagoa Feia – RJ*. Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do curso de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. 2007.

COLAÇO, José. *Quanto Custa ser Pescador Artesanal? Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal*. Tese apresentada como requisito para a conclusão do curso de Doutor em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. 2012.

LIMA, Roberto Kant de. *Pescadores de Itaipu*. Meio Ambiente, Conflito e Ritual no Litoral do Estado do Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF. 1997.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. Serviço Gráfico do I.B.G.E. – Rio de Janeiro. 1945.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Descontinuidades Culturais e o Desenvolvimento Econômico*. In: *Antropologia Estrutural II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1976.

LOBATO, Monteiro. *Mr. Slang e o Brasil e Problema Vital*. São Paulo: Editora Brasiliense, v. 8, 1959.

MELLO, Marco Antônio da Silva; VOGEL, Arno. *Gente das Areias - História, meio-ambiente e sociedade no litoral brasileiro*. Niterói: EDUFF. 2004.

MELLO, Marco Antônio da Silva. *Praia de Zacarias: Contribuição à Etnografia e História Ambiental do Litoral Fluminense – Maricá/RJ*. FFLCH-USP, São Paulo, 1995.

MELO, José Alexandre Texeira de. *Campos dos Goytacazes em 1881*. Rio de Janeiro: Editora Laemmert & C., 1886.

OLIVEIRA, João Paulo Gama. *Peixes, Tempos e Lugares: Apontamentos Sobre o Conhecimento Ictiológico dos Pescadores Artesanais na Lagoa Feia/RJ*. Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense. 2005.

SOFFIATI, Aristides Arthur. *Perspectivas para a História Ambiental na Ecorregião Norte-Noroeste Fluminense entre os Séculos XVII e XX*. Niterói: UFF. 1995.

SOFFIATI, Aristides Arthur. *Aspectos Históricos das Lagoas do Norte do Estado do Rio de Janeiro*. In: *Ecologia das Lagoas Costeiras do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba e do Município de Macaé (RJ)*. Sem Dada (S/D).

SOMBART, Nicolaus. *Einige Entscheidende Theoretiker - Henri de Saint-Simon und Auguste Comte*. In: WEBER, Alfred (org). *Einführung in die Soziologie*. Munique: R. Piper & Co. Verlag, 1955.

VALPASSOS, Carlos Abraão Moura. *Quando a lagoa vira pasto: um estudo sobre as diferentes formas de apropriação e concepção dos espaços marginais da Lagoa Feia – RJ*. Dissertação apresentada como requisito para a conclusão do curso de Mestrado em Antropologia da Universidade Federal Fluminense. 2006.

VALPASSOS, Carlos Abraão Moura; COLAÇO, José. *Diferentes percepções da natureza: as intervenções politécnicas, a fiscalização ambiental e os pescadores da Lagoa Feia*. *Revista Antropológicas*, ano 10, v. 17, n. 2, 2006.

PERIÓDICOS

Jornal Folha da Manhã – Setembro, outubro e novembro de 1978.

Jornal Folha da Manhã – Outubro e novembro de 1979.

Jornal O Monitor Campista - Setembro, outubro, novembro e dezembro de 1978.